

**Métodos de pesquisa em Ciências Sociais:
Bloco Quantitativo**

SUMÁRIO

ABERTURA

- 03 Danilo Santos de Miranda e Angela Alonso

APRESENTAÇÃO

- 08 Daniela Ribas Ghezzi e Jaime Santos Júnior
- 10 Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais
Márcia Lima
- 32 Introdução à Amostragem
Murillo Marschner Alves de Brito
- 52 Questionários *on-line*
Danilo Torini
- 76 Abordagens qualitativas e quantitativas na avaliação de políticas públicas
Vera Schattan Ruas Pereira Coelho

Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais

Márcia Lima

Pesquisadora do Cebrap e Professora do Departamento de Sociologia da FFLCH, USP

1 - Introdução

O objetivo deste texto é tecer considerações introdutórias acerca dos princípios básicos que fundamentam a pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Espera-se que, ao final da leitura deste capítulo, o/a leitor/a tenha apreendido qual é a especificidade da abordagem quantitativa nas Ciências Sociais e quais são os aspectos imprescindíveis para a boa condução desse tipo de investigação.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira será tratada a questão da especificidade da pesquisa nas Ciências Sociais, discutindo dois aspectos que estão fortemente entrelaçados: a construção do conhecimento e a construção do objeto de pesquisa em Ciências Sociais.

Na segunda parte serão identificadas as especificidades da pesquisa quantitativa, considerando as suas fontes de dados e as suas formas de coleta e tendo em vista a necessidade de construir uma matriz de dados. Essa etapa do texto será marcada por uma ênfase especial à operacionalização de conceitos, momento-chave do processo de construção de dados quantitativos.

A terceira e última parte do capítulo se dedicará à apresentação da principal ferramenta de coleta de dados quantitativos: a elaboração do questionário. O questionário é uma peça crucial da pesquisa, pois é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de coleta e de mensuração dos dados. Sem um bom questionário, todo o processo de construção e de análise de dados fica comprometido.

2. A construção do conhecimento e do objeto de investigação em Ciências Sociais

Tratar da questão dos métodos e das técnicas de investigação em Ciências Sociais nos leva a considerar, ainda de que forma breve, o contexto do surgimento das Ciências Sociais como disciplina. Ela se constituiu num contexto de profundas transformações, que reconfiguraram as diferentes esferas da vida social (família, divisão do trabalho, religião, Estado etc.) e tornaram-se problemas de investigação. As Ciências Sociais passam, desde os seus primórdios, a ocupar o lugar de um pensamento que procura dar sentido às transformações no seu entorno sem se render às interpretações de senso comum. Como lembra Ianni,

A história das ciências sociais pode ser vista como a história do desencantamento do mundo. A economia, política, geografia, sociologia, antropologia, psicologia e história desenvolvem-se como disciplinas científicas, conquistando espaços que antes eram ocupados pela tradição, o senso comum, a religião, a filosofia. A impressão causada pela história de cada uma e todas as ciências sociais é a de que elas emergem e afirmam-se em um largo combate a essas formas de pensamento. (Ianni, 1989: 208)

Nesse sentido, desde a sua criação, colocam-se como desafios analíticos para o cientista social compreender as transformações de sua própria realidade e distinguir ou aproximar os seus métodos dos métodos já constituídos das investigações das ciências da natureza. O Positivismo, que tem como seu principal expoente Augusto Comte, apostava na crença em um único método para todas as ciências, na busca de leis e de explicações causais como o objetivo maior de todo método científico. Portanto, dever-se-iam adotar os métodos das Ciências da Natureza nas Ciências Sociais.

Inúmeros autores que se dedicam a tratar da história da sociologia fazem menção a esses aspectos, pois eles ainda norteiam o debate acerca da especificidade da pesquisa em Ciências Sociais e as dificuldades subjacentes à produção de conhecimento nessa área. George Simmel, ao tratar das questões fundamentais da Sociologia, afirma que o primeiro desafio para a “ciência da sociedade” é lidar com o título de ciência, devido à complexidade envolvida na construção e delimitação do seu objeto de investigação (Simmel, 2006).

Como produzir conhecimento sobre uma realidade da qual fazemos parte? Qual a diferença entre essa forma de conhecimento e o conhecimento produzido pelas Ciências Naturais? Como se dá a relação entre pesquisador e universo de pesquisa quando as questões prementes de pesquisa são parte da vida do próprio investigador? Como coletar dados sobre formas de agir e de pensar dos indivíduos que, em geral, são relatadas por eles próprios? Como seus achados transformam ou não a percepção daqueles que fazem parte do universo investigado? Essas questões nortearam e ainda norteiam o debate sobre metodologia nas Ciências Sociais.

Há alguns aspectos que precisam ser ressaltados para que se possam desfazer equívocos bastante comuns quando nos dedicamos a discutir questões metodológicas nas Ciências Sociais. O primeiro equívoco a ser desfeito é a dicotomia entre teoria e pesquisa. Toda e qualquer pesquisa, mesmo as que não são desenvolvidas no âmbito acadêmico, tem uma pergunta a ser respondida. As pesquisas de caráter estritamente acadêmico só se tornam viáveis na medida em que selecionamos nossas observações, orientados por algum conceito específico. A teoria nos ajuda a entender questões e a tomar decisões de pesquisa, nos auxilia na coleta de dados e no entendimento da natureza e

dos pressupostos de nossa investigação. Os métodos, por sua vez, validam empiricamente nossas perguntas e nos ensinam a testar hipóteses teoricamente construídas.

Outro papel importante da teoria é a sua contribuição para a redução de possíveis vieses no desenho da pesquisa. Conforme apontado acima, o cientista social se dedica ao entendimento daquilo que está no seu entorno e sobre o qual existem muitas opiniões, inclusive a do próprio investigador. O aporte teórico auxilia a construção de dados, evitando o uso de apriorismos na formulação das nossas indagações iniciais. Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2004), no livro *O ofício do sociólogo*, definem esse processo como um momento de ruptura. Os aportes teóricos nos auxiliam a romper: (i) com o saber imediato, forma de “conhecimento autoevidente” que explica o mundo social tal como ele é aceito e compartilhado pela maioria; (ii) com o senso comum, conjunto de noções evidentes e óbvias; e (iii) com as noções prévias ao processo de conhecimento sistemático e autocontrolado das ciências. Em síntese, uma boa definição conceitual nos ajuda a identificar os fenômenos envolvidos na análise.

Um segundo equívoco a ser evitado é tratar método quantitativo e método qualitativo como estratégias opostas (ou quase rivais) de abordagem. A definição de uma pesquisa com abordagem quantitativa ou qualitativa não é uma escolha pessoal e de empatia do pesquisador, e sim uma decisão tomada a partir das perguntas colocadas na pesquisa. Por exemplo, se desejo investigar o perfil de usuários de um centro cultural, não posso tentar construí-lo através de uma pesquisa etnográfica.¹ Da mesma forma que observar as interações entre jovens frequentadores desse mesmo espaço, o desenho de um *survey* com aplicação de questionário estruturado não trará as respostas mais adequadas ao meu problema de investigação. O artigo de Ignácio Cano sobre métodos quantitativos e qualitativos ilustra bem esta questão:

(...) embora o conhecimento ou desconhecimento da ferramenta estatística possa representar uma diferenciação entre os cientistas sociais, os dilemas epistemológicos centrais enfrentados são comuns para o etnógrafo e para o profissional que trabalha com surveys. A observação e o registro do comportamento humano, o problema das fontes, os vieses de apresentação pública das pessoas e os introduzidos pelos pesquisadores, o teste de hipóteses iniciais sem se deixar levar pela tentação autoconfirmatória, a interpretação de evidências ambíguas, o surgimento de questões de pesquisa que não tinham sido previstas, entre muitos outros, são problemas universais. (Cano, 2012: 108)

¹ Etnografia é uma técnica qualitativa de pesquisa que se caracteriza pelo nível mais local de conhecimento possível e por um longo trabalho de descrição. Para isso, a presença do pesquisador no campo deve ser longa, cotidiana para que possa captar com profundidade a complexidade das práticas sociais dos pesquisados. Para essa discussão, ver Weber & Beaud (2014).

Outra falsa dicotomia metodológica considera que a decisão por uma abordagem quantitativa ou qualitativa deve ser tomada a partir da natureza dos dados observados: observação da estrutura versus observação da ação. Tal pressuposto assume que a abordagem quantitativa se dedica a análise de fenômenos estruturais (desigualdades, estratificação, mobilidade social etc.) e a abordagem qualitativa se dedica ao estudo acerca dos valores, comportamentos e atitudes dos indivíduos. Muitos são os exemplos de estudos que demonstram que esse princípio não se sustenta. Há pesquisas de opinião que usam métodos de *survey* – pesquisas de intenção de voto, avaliação de governo, amplamente utilizadas pelos institutos de pesquisa – e há estudos que tratam de mudanças estruturais – como os estudos de sociologia histórica e análise documental – que fazem amplo uso técnicas qualitativas. Um bom exemplo de estudo qualitativo que faz uma abordagem de transformações históricas é o livro de Norbert Elias *O processo civilizatório*.

A pesquisa em Ciências Sociais desvenda padrões recorrentes do comportamento social, estabelece relações entre fenômenos e, ao mesmo tempo, lida com as singularidades das experiências individuais. Conforme afirmou Simmel:

Qualquer ciência extrai dos fenômenos uma série ou uma parte da totalidade ou da imediaticidade vivida, e a subsume a um conceito específico. A sociologia não procede de maneira menos legítima que todas as demais ciências ao dissipar as existências individuais para novamente reuni-las segundo um conceito que lhe seja próprio, e assim perguntar: o que ocorre com os seres humanos e segundo que regras eles se movimentam – não exatamente quando eles desenvolvem a totalidade de suas existências individuais inteligíveis, e sim quando eles, em virtude de seus efeitos mútuos, formam grupos e são determinados pela existência em grupo? Assim será permitido à sociologia tratar da história do casamento sem precisar analisar a vida conjugal de casais específicos; estudar o princípio da organização burocrática sem que seja necessário descrever o dia a dia na repartição; ou fundamentar as leis e os resultados das lutas de classe sem entrar nos detalhes do curso de uma greve ou das negociações em torno de uma taxa salarial. (Simmel, 2006: 19)

Nesse sentido, a construção de um problema de pesquisa é feita pela identificação de determinados aspectos da realidade social que serão submetidas a uma observação. A Figura 1 resume as diversas etapas da construção de um dado de pesquisa. Embora na prática cotidiana da pesquisa esse esquema seja complexo para ser posto em prática, ele demonstra um aspecto crucial da metodologia que foi sintetizada por Earl Babbie: “os cientistas sociais não coletam dados, eles criam dados” (Babbie, 2003: 181). Esse aspecto é importante porque, se o pesquisador não estiver atento a isto, em todas as etapas da pesquisa, seus achados podem ser comprometidos.

Figura 1 – A construção do dado



Fonte: Adaptado de Galtung, J., 1965, p. 21.

A sequência **estímulo-resposta-dado** diz respeito a uma percepção mais imediata do processo de pesquisa: formula-se uma pergunta, obtém-se uma resposta que se transforma em um dado. Entretanto, é preciso estar atento justamente ao modo como se produz o estímulo. Estímulos mal construídos produzem respostas inadequadas e geram um dado comprometido. A sequência **apresentação-manifestação-percepção-registro** representa as técnicas de coleta de dados que são extremamente importantes para a qualidade do registro que será um dado de pesquisa. Como eu formulo uma pergunta, quais as opções de resposta e em que ambiente eu coeto essa informação são aspectos relacionados à parte técnica da pesquisa.

O princípio de que o dado é uma construção ajuda também a minimizar o risco que toda e qualquer pesquisa deve evitar: produzir viés. O viés significa uma distorção durante o processo de pesquisa e pode ocorrer tanto na coleta das informações como na análise de dados. No caso do viés de coleta de dados, há duas possibilidades: (i) podemos definir unidades de observação inadequadas – pessoa, empresa, cidade, evento, a depender do desenho da pesquisa, assim como problemas no desenho da amostra; ou (ii) podemos produzir um estímulo inadequado e obter uma resposta que não represente aquilo que se está interessado em analisar. Uma boa pesquisa deve ter baixo viés e alta precisão.

Quando analisamos dados oriundos de pesquisa quantitativa, lidamos sempre com a presença de viés. Mas um viés que seja mensurável. É por isso que, nas análises quantitativas, utilizamos as margens de erro. Um exemplo concreto são as pesquisas de intenção de voto. Sempre que são divulgadas pela mídia, apontam a margem de erro e o intervalo de confiança. A margem de erro representa quanto que aquele resultado pode estar distante do parâmetro da população e o intervalo de confiança expressa a precisão das estatísticas em termos de níveis de confiança, estabelecendo que essas estatísticas estão dentro de um intervalo especificado no parâmetro. Por exemplo, em uma pes-

quisa em que um candidato tem 30% das intenções de voto, afirma-se que a pesquisa tem uma margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos e 95% de confiança. Isso significa dizer que, com 95% de confiança, a proporção dos eleitores que irão votar no candidato X encontra-se no intervalo de 30% +/- 3% (27% a 33%).

O viés de análise pode ocorrer pela má interpretação dos dados ou por uma leitura equivocada daquilo que foi realmente estimulado como questão de pesquisa. Quando precisamos elaborar perguntas para um questionário ou quando vamos selecionar variáveis de um banco de dados já existente, um truque interessante é perguntar: a qual questão esta resposta realmente responde? Um exemplo:

Pesquisa sobre prática cultural – se estamos interessados em identificar os indivíduos que podem ser considerados praticantes culturais, como devemos proceder? O primeiro passo é definir o conceito de praticante cultural e me desvincular daquilo que eu pessoalmente considero um praticante cultural. Outro ponto importante: não delegar ao entrevistado que ele se autodefinia como um praticante cultural. É necessário, portanto: (i) investigar como os estudos sobre práticas culturais definem as características de um praticante cultural e quais são as atividades que compõem tais práticas; (ii) definir um conjunto de práticas que vão compor minha definição operacional e, posteriormente, coletar e mensurar essa informação. Se coletar essas informações entre população adulta do país ou entre jovens estudantes universitários, os resultados serão diferentes. Por isso também é necessário definir o escopo da pesquisa, ou seja, em que universo desejamos investigar as práticas culturais.

3. A pesquisa quantitativa

Nesta publicação, boa parte dos capítulos dedica-se a discutir técnicas de coleta de dados para a análise quantitativa. Nossa tarefa neste capítulo de abertura é um pouco distinta daquelas dos capítulos posteriores, pois ele tem o objetivo de introduzir os desafios mais comuns à construção de uma pesquisa em Ciências Sociais. Na primeira seção tratamos das especificidades de produzir pesquisa em Ciências Sociais e da importância de identificar os possíveis vieses produzidos pela posição do investigador das Ciências Sociais. Nesta seção, nossos esforços se concentrarão em caracterizar os princípios norteadores da pesquisa quantitativa.

Métodos e técnicas são definições que se complementam, mas que de forma alguma podem ser consideradas sinônimos. Os métodos dizem respeito a uma forma de abordagem, de observação e produção de conhecimento, ou seja, são um recurso que definimos como quantitativo e qualitativo. As técnicas são modelos padronizados de coletar e analisar dados que são escolhidos a partir da abordagem, tais como a aplicação de questionários padronizados,

execução de entrevistas em profundidade, a observação participante, entre outras. Pode-se considerar que a principal distinção entre métodos quantitativos e qualitativos diz respeito à natureza dos dados coletados e, conseqüentemente, às possibilidades de análise desses dados.

A pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar um conjunto de informações **comparáveis** e obtidas para um **mesmo** conjunto de unidades observáveis. Em geral, essas unidades são os indivíduos, mas podem ser também instituições, empresas, cidades, entre outras, sempre a depender do problema de pesquisa investigado. O que é crucial para a pesquisa quantitativa é que tais unidades sejam comparáveis.

O segundo aspecto importante relaciona-se com os seus objetivos. Em geral, os estudos quantitativos permitem lidar com predição (inferência estatística) e buscar identificar regularidades (perfil e tendências). Destaca-se, ainda, a vantagem de ser possível formular generalizações a respeito de uma população a partir de uma amostra probabilística (ver o capítulo de autoria de Murillo Marschner Alves de Brito, sobre amostragem e construção de banco de dados). A análise de dados quantitativos permite um controle maior dos seus achados, pois se baseia em procedimentos estatísticos cuja principal característica é estimar o erro. Essas características contribuem para que seja possível a realização de um teste de hipóteses de modo mais conclusivo.

3.1. As fontes de dados

As pesquisas quantitativas podem ser realizadas a partir de duas fontes de dados: primários e secundários. Consideramos dados primários os dados que o próprio pesquisador (ou equipe de pesquisa) delineou para sua coleta a partir das suas próprias questões de pesquisa. Nos estudos quantitativos são aplicados questionários estruturados. A vantagem dos dados primários é que nesse tipo de coleta o pesquisador tem mais liberdade para formular suas questões e desenvolver mais o questionário dentro de seu tema de interesse.

Entretanto, a utilização de dados primários em pesquisa quantitativa prevê um investimento alto em termos de tempo, recursos financeiros, pesquisadores habilitados para a realização de estudos quantitativos, pois será necessário desenvolver e aplicar um *survey*. Ou seja, desenhar uma amostra representativa da população a ser investigada, desenvolver questionários padronizados, formar e treinar a equipe de entrevistadores, realizar pré-testes, tabular questionários, verificar e testar a consistência dos dados e montar e finalizar o banco de dados. Nas pesquisas acadêmicas, os *surveys* são bastante utilizados para mensurar opiniões, valores, percepções e relatos de experiências dos indivíduos. Constituem a principal abordagem quantitativa focada nos sujeitos. Para além do universo acadêmico, os *surveys* são muito comuns em pesquisas eleitorais, avaliação de serviços e produtos e em pesquisas de mercado.

As fontes secundárias de pesquisa são as mais utilizadas nas pesquisas quantitativas. De forma geral, podem-se considerar como fontes secundárias registros estatísticos, fontes documentais pessoais e documentos de comunicação em massa coletados para os mais diversos fins e que podem ser utilizados como fonte de pesquisa quantitativa, ou seja, que possam ser adequados a uma matriz de dados. Os dados secundários têm como vantagens a regularidade em termos de coleta, os custos mais baixos para o pesquisador (uma vez que não precisará coletar dados) e, como se trata de um conjunto de informações já coletadas para outros fins, a possibilidade de conjunto de informações ser isento de interesses e valores do pesquisador. Entretanto, esse último aspecto pode constituir também uma desvantagem, pois o desenho do levantamento não responde de maneira imediata aos interesses do pesquisador, e a qualidade da coleta não pode ser controlada por ele.

Quadro 1 – Principais fontes de dados secundários no Brasil
Dados demográficos e socioeconômicos
<ul style="list-style-type: none"> • Principal Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br) • Principais pesquisas: <ul style="list-style-type: none"> • Censo Agropecuário • Censo Demográfico • Contagem da População • Contas Nacionais Trimestrais • Contas Regionais do Brasil • Economia Informal Urbana • Estatísticas do Registro Civil • Perfil dos Municípios – Munic • Pesquisa de Informações Básicas Municipais • Pesquisa de Inovação Tecnológica – Pintec • Pesquisa Mensal de Emprego – PME • Pesquisa Nacional de Saúde – PNS • Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad
Educação
<ul style="list-style-type: none"> • Principal fonte: INEP (http://portal.inep.gov.br/web/aceso-a-informacao/acoes-e-programas) • Principais pesquisas: <ul style="list-style-type: none"> • Censo Escolar da Educação Básica • Censo da Educação Superior • Censos Especiais • Provinha Brasil • Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb • Exame Nacional do Ensino Médio – Enem • Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja • Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES • Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade • PISA • Estatísticas Internacionais Comparadas
Mercado de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • Principal fonte: (http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm) • Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED • Relação Anual de Informações Sociais – Rais

3.2. O tratamento dos dados

Conforme apontado anteriormente, o aspecto crucial para o desenho de uma pesquisa quantitativa é a comparabilidade dos dados. Galtung (1965), ao introduzir o tema da matriz de dados, apresenta três princípios fundamentais e indissociáveis de uma matriz de dados que são o cerne do desenho da abordagem quantitativa. Ao coletar dados para uma pesquisa quantitativa o investigador deve ter em mente que irá construir uma matriz de dados, com o seguinte formato e princípios.

Figura 2 – Matriz de dados (ou base de dados)

	E1	E2	E3	E4	E5
O1	R11	R12	R13	R14	R15
O2	R21	R22	R23	R24	R25
O3	R31	R32	R33	R34	R35
O4	R41	R42	R43	R44	R45
O5	R51	R52	R53	R54	R55
O6	R61	R62	R63	R64	R65
Om	Rm1	Rm2	Rm3	Rm4	Rm5

Fonte: Adaptado de Galtung, J., 1965, p. 3.

1. Princípio da integridade: em uma matriz de dados não pode haver lacunas ou vazios de informação. Para toda unidade de análise observada (O) deve haver valores registrados (R). Esse valor empírico deve existir mesmo quando a resposta é “não sabe” ou “não quis responder”.

2. Princípio da comparabilidade: em uma matriz de dados, para cada variável, as alternativas de resposta estão sempre codificadas (determinadas), ou porque foram colhidas de modo pré-codificado (fechadas) ou porque foram codificadas depois da coleta (quando esta se deu de forma aberta). As alternativas de resposta são sempre conhecidas e finitas, não podendo haver respostas inválidas, isto é, fora das alternativas codificadas ou determinadas (antes ou depois da coleta).

Figura 3 – Matriz de dados: integridade e comparabilidade

Case	V0101	UF	V0102	V0103	V0301	V0302	V3031	V3032	V3033	V8005	V0401	V0402	V0403	V0404	V0405	V0406	V0407	V0408	
1	2013	11	11000015	3	1	4	25	8	1971	42		1	1	1	2	1	4	.	2
2	2013	11	11000015	4	1	4	20	1	1949	64		1	1	1	8	3	.	.	2
3	2013	11	11000015	4	2	4	24	6	2000	13		4	4	1	4	3	.	.	2
4	2013	11	11000015	5	1	2	16	5	1990	23		1	1	1	8	1	4	.	2
5	2013	11	11000015	5	2	4	18	7	1994	19		4	4	1	8	1	4	.	2
6	2013	11	11000015	5	3	4	10	5	1996	17		4	4	1	8	1	4	.	2
7	2013	11	11000015	6	1	2	20	11	1953	59		1	1	1	4	3	.	.	2
8	2013	11	11000015	6	2	4	11	6	1957	56		2	2	1	2	1	4	.	2
9	2013	11	11000015	7	1	2	9	5	1988	25		1	1	1	8	1	4	.	2
10	2013	11	11000015	7	2	4	28	5	1990	23		2	2	1	2	1	4	.	2
11	2013	11	11000015	7	3	4	18	2	2008	5		3	3	1	2	1	2	2	2
12	2013	11	11000015	8	1	2	0	20	37	37		1	1	1	2	1	4	.	2
13	2013	11	11000015	8	2	4	0	20	25	25		2	2	1	2	1	4	.	2
14	2013	11	11000015	8	3	2	0	20	4	4		3	3	1	2	1	2	2	2
15	2013	11	11000015	9	1	4	17	6	1963	50		1	1	1	2	1	4	.	2
16	2013	11	11000015	9	2	4	24	9	1990	23		3	3	1	2	1	2	1	2
17	2013	11	11000015	10	1	2	1	5	1985	28		1	1	1	2	1	4	.	2
18	2013	11	11000015	11	1	2	12	12	1971	41		1	1	1	2	3	.	.	2

Fonte: PSPP (Software livre). Elaboração própria.

3. Princípio da classificação: todo e qualquer caso (O) deve poder ter a sua resposta classificada em uma das alternativas de resposta que foram determinadas para cada uma das variáveis que se quer analisar. As alternativas de resposta devem ser exaustivas, permitindo classificar as respostas manifestas por cada um dos casos observados em todas as variáveis. Se as classificações que estruturam as respostas não forem adequadas (exaustivas), não será possível comparar os casos. No exemplo abaixo, é possível observar a classificação da variável cor/raça da PNAD.

Figura 4 – Matriz de dados: classificação

Variable	Name	Type	Width	Decimal	Label	Value Labels	Missing Values	Column	Align	Measure	Role
1	V0101	Numeric	4	0	Ano da Pesquisa	None	None	7	Right	Nominal	Input
2	UF	Numeric	2	0	Unidade da Federação	None	None	4	Right	Nominal	Input
3	V0102	Numeric	8	0	Número de controle	None	None	10	Right	Nominal	Input
4	V0103	Numeric	3	0	Número de Série	None	None	7	Right	Nominal	Input
5	V0301	Numeric	2	0	Número de Ordem	None	None	7	Right	Nominal	Input
6	V0302	Numeric	1	0	Sexo	None	None				
7	V3031	Numeric	2	0	Dia de nascimento	None	None				
8	V3032	Numeric	2	0	Mês de nascimento	None	None				
9	V3033	Numeric	4	0	Ano de nascimento	None	None				
10	V8005	Numeric	3	0	Idade do morador	None	None				
11	V0401	Numeric	1	0	Condição na unidade c	None	None				
12	V0402	Numeric	1	0	Condição na família	None	None				
13	V0403	Numeric	1	0	Número da família	None	None				
14	V0404	Numeric	1	0	Cor ou raça				
15	V0405	Numeric	1	0	Tem mãe viva	None	None				
16	V0406	Numeric	1	0	Mãe mora neste domic	None	None				
17	V0407	Numeric	2	0	Número de ordem da r	None	None				
18	V0408	Numeric	1	0	Registro de nascimen	None	None				
19	V0501	Numeric	1	0	Nasceu no município c	None	None				
20	V0502	Numeric	1	0	Nasceu na Unidade da	None	None	7	Right	Nominal	Input

Fonte: PSPP (Software livre). Elaboração própria.

O último aspecto importante no que diz respeito à construção da matriz de dados é a definição da unidade de análise e dos tipos de variável, que em alguns casos podem ser escolhidas quando elaboramos um questionário. A unidade de análise corresponde ao que o pesquisador quer observar. Por exemplo, no questionário da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coleta dados sobre os domicílios e sobre as pessoas que neles residem. São, portanto, duas unidades de análise distintas: características da unidade do domicílio (características do domicílio, acesso a serviços de saneamento básico) e características dos moradores (condição na família, cor/raça etc.).

Quanto à variável, trata-se de um conceito empírico ou teórico que pode assumir diversos valores e para a qual, mediante observações, é possível especificar o valor que ela assume no problema específico investigado. As variáveis podem possuir um referente diretamente observável no mundo empírico. Exemplos: idade, número de cômodos no domicílio, número de filhos. Mas nem sempre possuem referentes empíricos diretamente observáveis. Elas podem ser complexas, podem conter muitas dimensões, como, por exemplo, participação política, vulnerabilidade, status social. Portanto, será necessário estabelecer um conjunto de variáveis que possam especificar esses fenômenos de observação indireta.

Há dois conjuntos de variáveis. As variáveis quantitativas e as categóricas. Consideram-se variáveis quantitativas aquelas que resultam de mensurações (contínuas) e aquelas que resultam de contagens (discretas). As variáveis categóricas são aquelas que descrevem alguma característica da população estudada sem que necessariamente representem uma medida. Alguns exemplos ajudam a entender melhor essa distinção.

A renda é uma variável quantitativa que, a depender do modo como for coletada, pode ser discreta ou contínua. A renda em valores absolutos (R\$ 2.350,00) é uma variável contínua. Já a renda em salários mínimos completos é uma variável discreta, pois resulta de uma contagem. A variável categórica nominal é aquela que descreve um atributo de uma unidade de observação sem que haja uma ordenação: cor/raça e sexo são variáveis categóricas nominais. Já as variáveis categóricas ordinais são aquelas em que a ordenação faz parte da classificação. Em geral elas são utilizadas em escalas de Likert (concorda totalmente, parcialmente, discorda totalmente, parcialmente) ou são fruto de classificações posteriores. Retomemos aqui o exemplo da renda. A renda tanto como variável contínua quanto como variável discreta pode ser transformada em variável ordinal. Basta, para isso, recodificar a renda em alta, média e baixa. Mas essa seria uma variável construída segundo critérios estatísticos.

3.3. A construção das variáveis: operacionalização dos conceitos

Uma etapa crucial para o desenho de pesquisa quantitativa diz respeito à transformação das nossas perguntas de pesquisa em variáveis de uma matriz de dados. Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar a importância de or-

ganizarmos uma investigação considerando quais são os conceitos e problemas que a norteiam, quais as hipóteses que queremos testar e os princípios elementares de uma matriz de dados (unidades de observação, estímulo e resposta).

Resta-nos entender como passar das definições teóricas às definições operacionais procurando assegurar que as perguntas formuladas ou as variáveis escolhidas meçam o conceito que necessitamos traduzir operacionalmente. É uma tarefa que permeia todo o desenvolvimento do projeto de pesquisa, pois partimos de decisões teóricas até chegarmos a decisões operacionais que vão resultar na elaboração do questionário e/ou na escolha de variáveis que correspondam adequadamente ao problema de pesquisa. O aspecto importante aqui é definir os indicadores que compõe um conceito. Januzzi (2001) dá a seguinte definição:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (Januzzi, 2001: 15)

Tomemos como exemplo o conceito de classe social. Para interpretar diferenças de opiniões, valores e atitudes, assim como para entender processos estruturais de transformação das sociedades contemporâneas, a classe social é um indicador imprescindível dos mais diferentes estudos, sejam eles de cunho acadêmico ou não, pois seu poder explicativo é alto. Entretanto, o conceito de classe social é extremamente complexo, envolvendo um conjunto de questões e decisões teóricas. Se considerarmos a teoria sociológica clássica e contemporânea, deparamos com conceitos distintos para o sentido de classe. Consequentemente, há diferentes formas de medi-lo: renda, posição ocupacional, educação e poder de consumo são alguns dos indicadores que o pesquisador pode eleger como variáveis de classe.

Apresentando de forma bastante sintetizada, apenas a título de ilustração, tomemos a definição de classe social para Karl Marx e Max Weber. Tais autores formularam distintas concepções de classe, uma vez que suas preocupações teóricas e questões de investigação eram diferentes. De acordo com Marx, as classes sociais representam a estratificação social no mundo moderno. Elas são definidas pela divisão social do trabalho e da propriedade, pela relação econômica de exploração, além de terem um papel central na mudança social. Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista apontava para uma homogeneização polarizada entre proprietários e não proprietários de meios de produção, ainda que tal polarização comportasse zonas intermediárias (Marx & Engels, 1998).

Em Weber, a situação de classe relaciona-se a oportunidades de vida e situações de interesse semelhantes. Segundo esse autor, uma classe consiste em um

número de pessoas que têm em comum um componente causal específico de suas chances de vida na medida em que esse componente é representado exclusivamente por interesses na posse de bens e oportunidades de renda e representado sob as condições de mercadoria e mercados de trabalho (Weber, 1982).

Com base nessa conceituação, a sociologia contemporânea procurou operacionalizar o conceito de classe social tendo como referência as formulações teóricas de seus principais autores. A partir da variável ocupação estabeleceu-se um conjunto de critérios que ordenaram a escolha das dimensões presentes nessa variável considerando as preocupações teóricas de cada um dos autores clássicos.² Vejamos como isso foi feito.

Os sociólogos Robert Erikson, John H. Goldthorpe e Lucienne Portocarero construíram um conjunto de categorias ocupacionais que representa uma estrutura de classes segundo os princípios da teoria weberiana. As ocupações foram classificadas a partir de duas situações:

1. Situação de mercado: recursos e níveis salariais, grau de seguridade econômica e chances de melhoria econômica;
2. Situação de trabalho: suas posições dentro do sistema de autoridade e controle que governa o processo de produção no qual eles estão engajados.

Tal definição operacional resultou nas seguintes categorias ocupacionais:

Quadro 2 – Classificação ocupacional (EGP)³
Dados demográficos e socioeconômicos
<ul style="list-style-type: none"> • Classe I – Profissionais, administradores e <i>officials</i> de alto nível; gerentes de grandes indústrias e grandes proprietários • Classe II – Profissionais de baixo nível, técnicos de alto nível, administradores de baixo nível, gerentes em grandes estabelecimentos industriais e de serviços; e supervisores de trabalhadores não manuais • Classe III – Empregados no setor não manual de rotina • Classe IVa – Pequenos proprietários, artesãos com empregados • Classe IV b – Pequenos proprietários, artesãos sem empregados • Classe IV c - Agricultores e pequenos agricultores; trabalhadores por conta própria • Classe V/VI – Técnicos de baixo nível e supervisores de trabalhadores manuais; e trabalhadores manuais qualificados na indústria • Classe VIIa – Trabalhadores manuais semiqualeificados ou sem qualificação • Classe VIIb – Trabalhadores na agricultura

Fonte: Erikson, Goldthorpe & Portocarero, 1979, p. 420.

2 A variável ocupação é a principal variável utilizada pelos estudos de classe e mobilidade social. A classificação ocupacional é realizada de modo a tornar compatíveis os estudos internacionais sobre o tema. No caso brasileiro, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é feita pela Concla (Comissão Nacional de Classificação) e segue os princípios da International Standard Classification of Occupations (ISCO). O Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pela gestão e manutenção da Classificação Brasileira de Ocupações.

3 A classificação EGP de ocupações refere-se aos autores Robert Erikson, John H. Goldthorpe e Lucienne Portocarero, que publicaram, em 1979, o artigo "Intergenerational class mobility in Three Western European societies: England, France and Sweden", no *The British Journal of Sociology*.

No caso das categorias ocupacionais pautadas na teoria de Karl Marx, temos o trabalho do sociólogo Erik Olin Wright (1997). Os critérios que nortearam a construção das categorias ocupacionais foram, em primeiro lugar, a divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A partir daí, o autor estabeleceu critérios de classificação que focaram a posição na organização (ter controle sobre o próprio trabalho e/ou sobre o trabalho de outros) e a qualificação. Ou seja, os critérios de propriedade/não propriedade dos meios de produção, qualificação e autoridade são dimensões que estão presentes nas categorias ocupacionais que as tornam comparáveis e classificáveis. Tais critérios resultaram na seguinte classificação:

Quadro 3 – Classificação ocupacional, segundo Erik Olin Wright	
Proprietários dos meios de produção	
<ul style="list-style-type: none"> • Burguesia • Pequenos empregadores • Pequena burguesia 	
Não proprietários (qualificação e autoridade)	
<ul style="list-style-type: none"> • Gerentes especialistas • Supervisores especialistas • Não gerentes especialistas • Gerentes qualificados • Supervisores qualificados • Trabalhadores qualificados • Gerentes não qualificados • Supervisores não qualificados • Trabalhadores não qualificados 	

Fonte: Santos, José Alcides Figueiredo, 1998.

Esses exemplos sintetizam um passo muito importante da pesquisa quantitativa: os pressupostos teóricos que orientaram uma escolha operacional. É importante frisar que a escolha de um ou outro critério operacional para a análise do caso brasileiro, por exemplo, não alterará o padrão de estrutura de classes do país, e sim as dimensões da estrutura de classe que o pesquisador conseguirá observar.

Uma terceira possibilidade de definir classe social é a partir das classificações utilizadas pelos institutos de pesquisa de mercado e de opinião. No Brasil, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)⁴ criou o Critério Brasil, uma tipologia de classes sociais que é utilizada nas pesquisas realizadas por essas empresas. Vejamos como classe social é operacionalizada, segundo esse critério.

⁴ <http://www.abep.org/criterio-brasil>.

Segundo a ABEP, a metodologia de desenvolvimento do Critério Brasil de 2015 tomou como referência um estudo sobre estratificação baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, intitulado *Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil*, de Wagner Kamakura e José Afonso Mazzon. A classificação de domicílios utilizada pela ABEP resulta da adaptação da metodologia desse estudo às condições operacionais da pesquisa de mercado no Brasil. O Critério Brasil definiu grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo), utilizada pela maioria das empresas de pesquisa. Nota-se que o critério que norteia a construção de classe social é completamente distinto do que foi visto nos exemplos anteriores. Considerando, então, a importância do poder aquisitivo das famílias, os indicadores utilizados foram itens de conforto do domicílio, escolaridade do responsável pelo domicílio e a existência ou não de acesso a serviços públicos (água encanada e rua pavimentada). Utilizando o sistema de pontos, o Critério Brasil classifica as famílias brasileiras segundo as seguintes classes: A, B, B2, C1, C2, D/E.

Figura 5 – Composição das classes sociais do Critério Brasil-ABEP

Regra de classificação - 2015					
Variáveis	Quantidade				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Empregados domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Microondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora roupa	0	2	2	2	2
Escolaridade do chefe da família					
Analfabeto / Fundamental I incompleto	0				
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	1				
Fundamental II completo / Médio incompleto	2				
Médio completo / Superior incompleto	4				
Superior completo	7				
Serviços públicos					
			Não	Sim	
			Água encanada	0	4
			Rua pavimentada	0	2
PONTOS DE CORTE					
A					45-100
B1					38-44
B2					29-37
C1					23-28
C2					17-22
D/E					0-16

Fonte: <http://www.abep.org/codigos-e-guias-da-abep>.

Esse procedimento de operacionalização é o que nos permite passar de uma representação do conceito, especificá-lo definindo suas dimensões, até chegarmos à escolha dos indicadores empíricos que são observáveis. Foi possível perceber a importância da orientação conceitual para definir variáveis, seja para uma pesquisa acadêmica ou não. Sem uma definição de classe, nenhum dos três exemplos acima poderia se tornar mensurável. Para isso, precisamos construir boas variáveis a partir das nossas perguntas.

4. O questionário

A parte final deste capítulo se dedica a chamar a atenção do leitor para mais uma importante etapa da pesquisa quantitativa. Uma vez escolhidos os indicadores que irão operacionalizar nossos conceitos, como traduzi-los em perguntas de um questionário? Conforme apontado anteriormente, o dado de pesquisa é uma construção que começa com a produção de estímulos, ou seja, com a definição das perguntas que devem ser feitas. Se não temos boas perguntas (seja em um questionário estruturado, seja em um roteiro de entrevistas), os resultados da investigação ficarão comprometidos.

Nas pesquisas quantitativas utilizamos o questionário estruturado, pois nosso intuito é que as respostas sejam comparáveis, ou seja, parte-se do princípio de que todas as unidades observadas receberão o mesmo estímulo e terão um conjunto limitado de respostas. Quando optamos por realizar um *survey*, a etapa crucial da pesquisa é a construção do questionário, em especial a formulação das perguntas. Elas devem ser adequadas ao conteúdo do fenômeno estudado e à capacidade de resposta do entrevistado. Aqui é importante estar atento a um aspecto destacado por Bourdieu et al. (2004) acerca da pertinência das questões que estão sendo levantadas, principalmente, se o objetivo da pesquisa for captar as experiências e opiniões dos indivíduos. Devemos estar atentos ao risco de impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles.

Há dois princípios básicos que norteiam a formulação das perguntas: mensurar características diretas (demográficas e socioeconômicas) e mensurar características indiretas ou subjetivas (opinião, valores e atitudes), sendo esse último o que traz maiores desafios. Se o pesquisador pretende mensurar o que uma pessoa diz ou pensa, seus valores e princípios, como ele deve abordá-los?

4.1. Questões de mensuração direta

Entre as perguntas consideradas de mensuração direta há um conjunto de questões que caracterizam o entrevistado em termos de perfil. Embora tais questões estejam bastante padronizadas nas pesquisas quantitativas, há algumas orientações que merecem destaque: questões de posição social (ocupação, nível de escolaridade, idade) e indicadores de posição (propriedade ou não de bens e quantidade dos mesmos). Procure sempre coletá-las da forma mais simples e desagregada possível.

Figura 6 – Exemplos de mensuração direta

EDUCAÇÃO			
PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE			
6.27 - SABE LER E ESCRIVER?			Siga 6.28
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO		
PARA TODAS AS PESSOAS			
6.28 - FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, PÚBLICA	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, PARTICULAR	<input type="checkbox"/> 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (Passe ao 6.33)	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NUNCA FREQUENTOU (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)
(Siga 6.29)			

Fonte: http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf.

Além delas, a variável renda, que é variável de mensuração direta e de grande importância, pode apresentar problemas de fidedignidade da resposta, pois é comum encontrar resistência por parte dos entrevistados a declarar a sua renda. Algumas pesquisas optam por coletar essa informação na forma de classes de renda como “Em qual faixa de renda o Sr./Sra se encaixa?”. Essa pergunta pode ser respondida, também, através do uso de um cartão contendo as respostas, o que minimiza o efeito da declaração da renda.

4.2. Questões de mensuração indireta

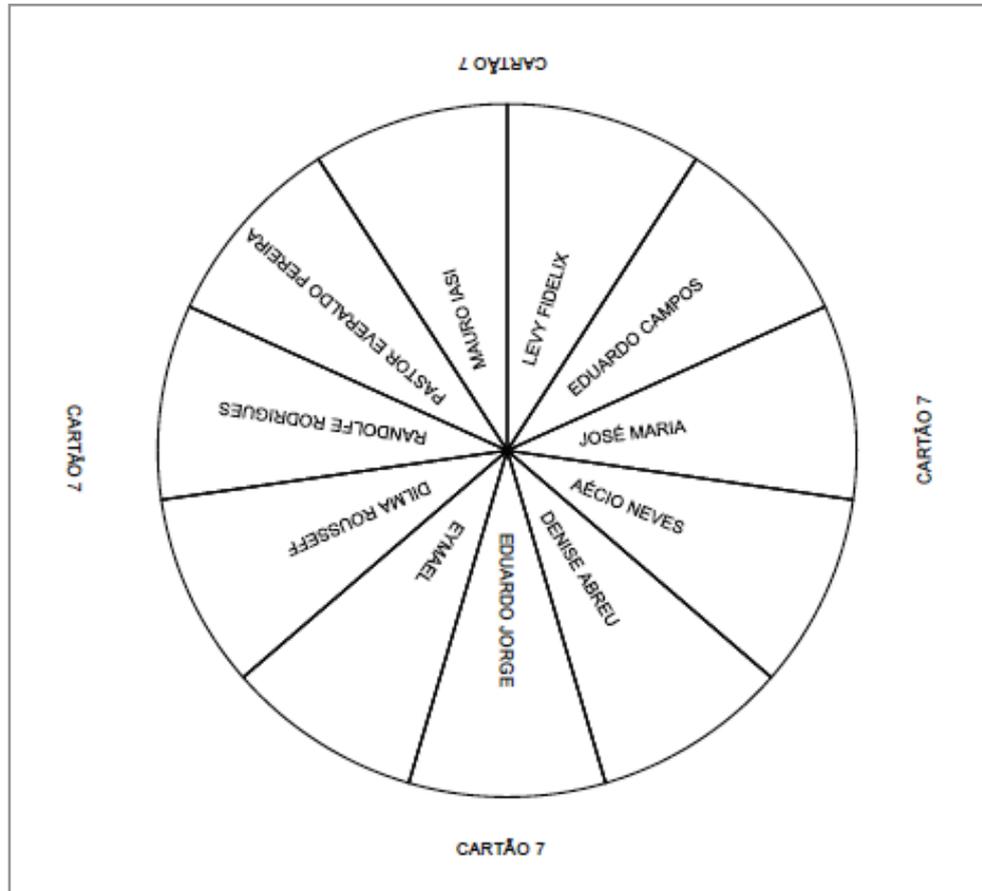
As questões de opiniões, atitudes, satisfação, preferências, crenças e motivações são bastante utilizadas em pesquisas de *survey* e são as mais complexas de construir. Há um conjunto de orientações no que diz respeito às perguntas, e as opções de respostas devem ser bem elaboradas.

No caso de opinião, o ideal é formular de maneira clara e concisa, evitando o uso de formulação negativa ou que pode gerar interpretação dúbia, como “O Sr./Sra. é favorável à proibição...”. As respostas que serão fornecidas como possibilidades devem ser objeto de atenção. Procure evitar respostas dicotômicas (sim ou não) e opte sempre que possível por escalonar as alternativas. No caso das perguntas de opinião, as alternativas mais comuns são: concordar/discordar, totalmente/parcialmente. Algumas pesquisas incluem a opção “não concordo nem discordo” como possibilidade. Mas há controvérsias acerca do uso dessa escala, que pode tornar seus resultados evasivos. Tais decisões sempre devem ser acompanhadas considerando o problema de pesquisa que está sendo investigado. Identificar um conjunto de respondentes que não têm opinião formada sobre um determinado assunto ou não querem opinar sobre ele pode ser um achado relevante de pesquisa.

As pesquisas de intenção de voto devem ter uma preocupação com a sequência de apresentação dos candidatos para evitar o viés de escolha. Ao elencar os nomes dos candidatos, deve-se procurar não induzir o entrevistado a escolher os primeiros nomes citados. Para isso, há duas estratégias mais ade-

quadas. A primeira é aplicar o rodízio na leitura de respostas: o entrevistador alterna o primeiro nome da lista em cada aplicação e segue a sequência. A segunda forma mais recomendada é usar um disco com o nome dos candidatos, pois o formato circular elimina a ordenação.

Figura 7 – Cartão-resposta para pesquisa de intenção de voto. Eleições presidenciais, 2010



Fonte: <http://pesqele.tse.jus.br/pesqele/publico/CarregarArquivoQuestionario.abrir?id=20465>.

Um terceiro conjunto de questões diz respeito às questões comportamentais, ou seja, que descrevem a prática/experiência dos respondentes. É possível identificar ao menos duas situações distintas em torno de comportamentos: (i) comportamentos socialmente aceitos e/ou rotineiros; e (ii) comportamentos socialmente “reprovados” e/ou que envolvem situações de vitimização. As questões sobre comportamentos rotineiros enfrentam o problema da memória. Pesquisas sobre o uso de serviços coletivos, por exemplo, que mensuram o uso pela quantidade, devem remeter a referências temporais como: “na última semana” ou no “último mês”. Evite deixar a cargo do entrevistado classificar essa frequência como alta, média ou baixa. Isso cabe ao pesquisador.

Exemplo de pergunta sobre comportamento

P39. Quando você está em casa, quais das seguintes atividades você costuma praticar e com que frequência:

(ler as atividades uma a uma e classificar a respectiva resposta)

ATIVIDADES	Nunca	Menos de 2 vezes/sem.	Entre 3 e 6 vezes/sem.	Todos os dias
a. Assistir à televisão				
b. Escutar música				
c. Ler jornais ou revistas				
d. Ler livros não didáticos				
e. Assistir filmes em DVD/vídeo				
f. Culinária (cozinhar)				

Fonte: Questionário da pesquisa “Perfil dos alunos da USP”. Depto de Sociologia, USP, 2009.

No caso de questões que envolvam comportamentos socialmente reprovados, ou nas quais o entrevistado necessite relatar uma experiência de vitimização, o desafio é justamente fazer com que o entrevistado não omita ou subestime a informação. Os cuidados nessa situação devem levar em conta desde o ambiente (local de aplicação do questionário) até a postura do entrevistador (minimizar o caráter excepcional de certos comportamentos). Quanto a formato das perguntas, há duas estratégias interessantes: usar questões indiretas do tipo “você conhece alguém que” e alternar experiências e comportamentos entre desejáveis e indesejáveis. As perguntas abaixo foram retiradas de um questionário da OMS.⁵

⁵ Esse instrumento faz parte do KIT FORMATURA do curso SUPERA, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, do Ministério da Justiça, e executado pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. http://www.supera.senad.gov.br/pluginfile.php/62085/mod_resource/content/3/Assist.pdf.

1. Na sua vida qual(is) desta(s) substância(s) você já usou? (somente uso não prescrito pelo médico)

	Não	Sim
b. bebidas alcoólicas		
c. maconha		
d. cocaína, crack		
e. anfetaminas ou êxtase		
f. inalantes		
g. hipnóticos/sedativos		
h. alucinógenos		
i. opioides/opiáceos		
j. outras (especificar)		

2. Durante os três últimos meses, com que frequência você utilizou essa(s) substâncias que mencionou? (*primeira droga, depois a segunda droga...*)

	Nunca	1 ou 2 vezes	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente/quase todos os dias
a. derivados de tabaco	0	2	3	4	6
b. bebidas alcoólicas	0	2	3	4	6
c. maconha	0	2	3	4	6
d. cocaína, crack	0	2	3	4	6
e. anfetaminas ou êxtase	0	2	3	4	6
f. inalantes	0	2	3	4	6
g. hipnóticos/sedativos	0	2	3	4	6
h. alucinógenos	0	2	3	4	6
i. opioides/opiáceos	0	2	3	4	6
j. outras (especificar)	0	2	3	4	6

Fonte: Adaptação e validação para o Brasil por HENRIQUE, I. F. S. et al. Validação da versão brasileira do teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias (AS-SIST). Rev. Assoc. Med. Bras., 50:199-206 (2004).

Outra alternativa para melhor captar esse tipo de comportamento é usar questionários autoaplicáveis, o que pode contribuir para que o entrevistado sinta-se menos constrangido para declarar o uso de substâncias psicoativas legalmente proibidas. Mas o tema do comportamento indesejável não se refere apenas a consumo de drogas. A prática de aborto, que também é um tema delicado de pesquisa, deve seguir as mesmas recomendações. Há ainda de vitimização como violência doméstica e outros tipos de situação violenta em que a sensibilidade do pesquisador e a formatação do questionário são cruciais para o bom andamento da investigação.

5. Considerações finais

Este texto, de caráter introdutório, destacou os principais aspectos do formato de uma pesquisa quantitativa que permitem ao/à leitor(a) dar início a um aprendizado mais específico das técnicas que envolvem esse tipo de abordagem. Como considerações finais, alguns aspectos ganharão ênfase com o intuito de chamar atenção para as principais questões tratadas no texto.

O dado como uma construção é um aspecto crucial para o entendimento do processo de pesquisa em Ciências Sociais. Desde a escolha do referencial teórico até a operacionalização do conceito, o pesquisador deve ter em mente essa consideração. Como desdobramento desse primeiro aspecto, é necessário assinalar que o fato de um dado ser construído não significa que esse processo seja subjetivo. As tomadas de decisão são teóricas e operacionais: a formulação das perguntas, as opções de resposta, a sequência do questionário, o uso de variáveis quantitativas e qualitativas são questões cruciais para a qualidade da mensuração.

A aplicação do questionário, mesmo que altamente padronizado, deve ser objeto de atenção do pesquisador, pois também é um processo de interação que, ao contrário das técnicas qualitativas onde a interação observador-sujeito da pesquisa compõem a técnica, na aplicação de questionário esta interação deve ser minimizada e não desconsiderada. O entrevistado não deve se sentir julgado e, mesmo nas questões mais delicadas, a liberdade da expressão deve ser garantida ao máximo.

O terceiro e último aspecto a ser ressaltado é a necessidade do aprendizado do uso das técnicas de análise quantitativa. Neste texto foi abordado o processo de construção do dado quantitativo. A etapa seguinte é como analisá-lo.

6. Referências bibliográficas

BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BEAUD, S. & WEBER, F. *Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. e CHAMBOREDON, J.C. *O ofício do sociólogo*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2004.

CANO, I. “Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, pp. 94-119.

COMBESSIE, J. C. *O método em sociologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ERIKSON, R., GOLDTHORPE, J. & PORTOCARERO, L. “Intergenerational class mobility in three Western European Societies: England, France and Sweden”. *The British Journal of Sociology*, vol. 30, nº 4. Special Issue. Current Research on Social Stratification, December, 1979, pp. 415-441.

GALTUNG, J. “La matriz de datos”. In: *Teoría y métodos de la investigación social*, Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, vol. I, cap. V, pp.1-34.

IANNI, O. *Sociologia da sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

KAMAKURA, W. A.; MAZZON, J. A. *Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2013.

LAZARFELD, P. “De los conceptos a los índices empíricos”. In: BODON, R.; LAZARFELD, P. (eds.). *Metodología de las ciencias sociales – 1. Conceptos e índices*. Barcelona: Ed. Laia, 1985, pp. 35-46.

MARX, KARL e ENGELS, FRIEDRICH. *Manifesto do Partido Comunista*. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, nº 34, set./dez. 1998, seções 1 e 2.

MEDEIROS, M. *Questionários: recomendações para formatação*. Texto para discussão, 1063. Brasília: IPEA, 2005.

SANTOS, J. A. “A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright”. *Dados*, vol. 41, nº 2, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Sept. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000200004>>.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S.; KIDDER, L. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Vol. 2 – *Medidas na pesquisa social*. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1987.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WEBER, Max. “Classe, estamento e partido”. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982, pp. 211-228.

WRIGHT, E. *Class counts: Comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.